

## ***"CHINA FOR OIL": APONTAMENTOS SOBRE A PRESENÇA CHINESA NA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NO BRASIL E VENEZUELA***

Manuel Victor Martins de Matos, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio de Janeiro, E-mail: manuel.matos@pped.ie.ufrj.br

Robson Dias da Silva, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, E-mail: robsondsilva@gmail.com

### **Resumo**

O artigo traz a discussão sobre o papel dos investimentos chineses para a indústria de petróleo mundial, focando na sua presença em dois países da América Latina: Brasil e Venezuela. O texto busca apresentar as linhas gerais da dinâmica produtiva petrolífera em cada um desses países indicando como ambos têm entrado no raio de interesse dos canais de investimento da China.

**Palavras-chave:** China; Investimentos; América Latina.

## 1.Introdução

A produção de petróleo tornou-se peça central na dinâmica econômica dos principais países produtores localizados no Sul Global. Especialmente por conta do período chamado *boom* das *commodities*, houve intensificação da importância da produção de hidrocarbonetos em países com maiores reservas. Isso foi válido tanto para aqueles com estrutura produtiva de baixa diversificação em que o “óleo” tem grande peso na pauta de produção e comércio exterior, como para aqueles de industrialização mais madura e diversificada, nos quais o recurso natural divide com outros produtos o papel de carro-chefe da dinâmica econômica.

Dentre esses países, há alguns destaques, entre os quais Brasil e Venezuela.

O Brasil, por sua vez, exibe algumas diferenças entre os dois casos anteriores, notadamente em relação ao grau de maturidade e complexidade produtiva-econômica. A produção de hidrocarbonetos é um dos grandes setores da economia brasileira, mas divide esse protagonismo com outros, tanto na indústria, quanto na agropecuária e serviços. Contudo, em razão da expansão das reservas nacionais e do aumento observado no preço internacional da commodity, a importância do setor petróleo como alavanca para o crescimento aumentou consideravelmente e, para algumas partes do território nacional passou a exibir um profundo protagonismo que se mostrou até como real dependência da sua dinâmica expansiva.

A Venezuela é um dos grandes protagonistas do mapa mundial da produção petrolífera, exibindo não apenas uma posição estratégica por conta de suas enormes reservas, mas também pelo “case” histórica em que se converteu ao longo de todo o século XX e décadas iniciais do presente século. O país é sempre um dos mais estudados no mundo e objeto de particular interesse e atenção por conta das dificuldades que sempre apresentou no tocante à não-transformação do potencial da riqueza mineral em maior bem-estar social e aprofundamento da estrutura produtiva.

O *boom* das *commodities* é apenas um dos processos creditados (se não em todo, pelo menos em parte) à expressiva dinâmica expansiva chinesa das últimas décadas. Desde fins dos anos 1970, a China vem avançando em um modelo de crescimento econômico que tem ensejado transformações de grande ordem para a economia e geopolítica mundial. Mas especificamente sobre a produção de petróleo, o país tem atuado mais ativamente do setor, disputando com outras nações até então em situação de primazia, o papel de grande consumidora e investidora setorial.

A agressiva postura chinesa em relação aos investimentos da produção mundial de petróleo se consubstanciou na política conhecida “Loan for Oil”, pela qual a presença sino foi ampliada em escala global, notadamente nas nações em desenvolvimento ou mais pobres do hemisfério sul. É dentro desse

contexto que esse texto busca se inserir. O seu objetivo é trazer as linhas gerais da presença chinesa na produção petrolífera de Brasil e Venezuela. Busca-se fazer apontamentos que busquem a caracterização melhor desse processo e permita a melhor compreensão de uma questão central: o peso da China na América Latina.

## **2. O Setor Petróleo no Brasil e Venezuela: Breve Caracterização**

O setor petróleo é um dos mais importantes setores da indústria brasileira, por conta de seu volume produzido e das ramificações que apresenta à jusante e à montante na cadeia econômica nacional. A esse setor estão associados não apenas uma rica história da produção nacional em alto mar, mas também as maiores expectativas, dentre todos os setores da indústria brasileira, de expansão da produção e redefinição da posição brasileira no mercado mundial.

De meados dos anos 1970, quando entrou em operação a exploração/produção da Bacia de Campos, no litoral norte fluminense, à primeira década do século atual, o país experimentou robusto crescimento da sua produção petrolífera (óleo e gás) em alto mar (offshore) que, contudo, se via limitada à marca dos 2 milhões de barris diários. As reservas até então provadas não permitiam maiores saltos em termos de posicionamento mundial do país dentro da indústria de petróleo, valendo lembrar que as projeções para o consumo interno superavam às da produção, deixando-nos distante da posição de autossuficiência<sup>1</sup>. Tudo esse cenário passa a se alterar rapidamente à partir de 2007, quando o governo brasileiro e a Petrobras anunciam a descoberta de grandes reservas de petróleo e gás na camada pré-sal do litoral brasileiro. O chamado pré-sal é uma vasta de aproximadamente 140 mil km<sup>2</sup> que se estende do litoral do Espírito Santo ao de Santa Catarina, compreendendo, dentro outras, as Bacias de Campos e Santos.

Para ser ter uma noção do salto esperado na produção, basta notar que o país levou 60 anos para alcançar a marca de 2 milhões de barris diários e estima-se que, em 2020, a Petrobras 4,2 milhões de barris diários. A produção potencial total do país para 2020 está estimada para 5,4 milhões de barris diários, ao passo que a demanda esperada esteja em torno dos 2,9 milhões de barris diários. Ou seja, o país teria um saldo exportável próximo ao que produz atualmente e equivalente ao que alguns dentre os grandes exportadores mundiais transacionam atualmente, caso do Iraque.

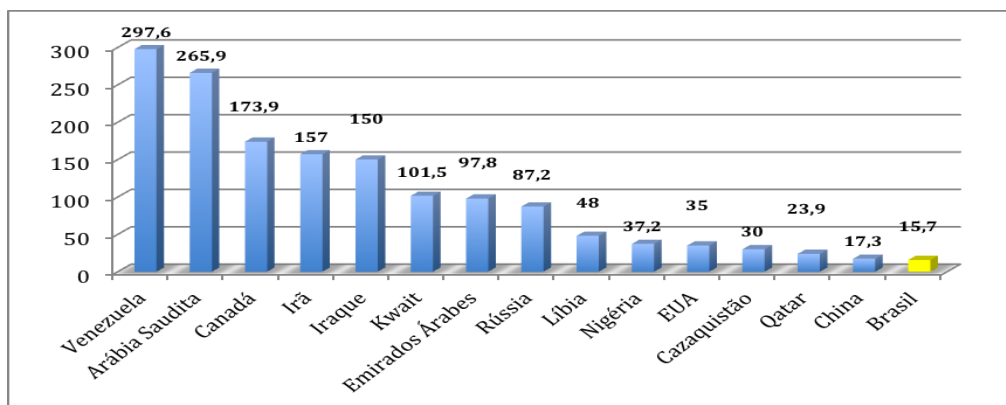
Esses valores não indicam apenas folga na autossuficiência nacional, como também uma mudança na posição brasileira dentro da matriz mundial de produção de petróleo. Vale destacar que atualmente o

---

<sup>1</sup> Para aprofundar ver Silva (2012, 2013) e Piquet (2003, 2012).

Brasil ocupa o décimo quinto lugar entre os países produtores de petróleo, com seus 15,7 bilhões de barris). Comprovados os volumes do pré-sal na Bacia de Santos (15,4 bilhões de barris) e adicionados ainda os de Libra (12 bilhões de barris), as reservas provadas brasileiras chegarão a 43 bilhões de barris, colocando o país em décimo lugar.

Figura 1 - Reservas Provadas de Petróleo: 2016 (em bilhões de barris)



Fonte: BP Statistical Review (2016)

Evidentemente, todo esse cenário tem mexido com as expectativas de investimento para o setor e toda a cadeia produtiva que o cerca. Todo o volume de recursos que se espera mobilizar vem ensejando mudanças significativas nas expectativas do país. Para muitos, os recursos provenientes da produção no pré-sal são uma oportunidade sem igual para o estabelecimento de metas e compromissos que ajudem o país a investir no desenvolvimento social econômico e superar alguns dos seus passivos históricos. Por outro lado, não se pode deixar de enfatizar que estabelecida essa produção, o Brasil teria alterada sua posição no jogo geopolítico mundial, notadamente por conta das projeções de aumento da demanda de petróleo da China e de outros países asiáticos.

A Venezuela, por sua vez, tem grande presença no mercado mundial de petróleo e, atualmente, ostenta a primeira posição mundial em relação ao conjunto de reservas provadas. O petróleo tem tido um importante papel na economia do país, respondendo diretamente por todas as mudanças observadas nas esferas política e econômica.

De modo geral, nota-se que a história venezuelana recente tem sido marcada pela abundância do petróleo, considerando que toda a pauta social do país, ao longo do século XX, foi profundamente determinada pelos limites e possibilidades que esse recurso em tese apresentava ao país e seu povo. O que em tese deveria ser um caso de sucesso inequívoco, porém, se apresenta como um dos mais intrigantes exemplos de que “abundância de divisas” não necessariamente conduz ao

desenvolvimento. Ainda que não se queira ficar preso a esquemas simplistas do tipo “benção-maldição”, largamente usados em análises sobre países e regiões com alta dotação inicial de recursos naturais não-renováveis, o caso venezuelano aponta mais para o segundo termo do binômio, dado os indicadores sociais apresentados pelo país, incompatíveis com o fluxo de renda gerado pela produção petrolífera ao longo de todos esses anos.

Com aproximadamente 30 milhões de habitantes, a Venezuela ainda se ressentida de maior grau de bem-estar social. Seu produto per capita, de US\$ 8.500,00 anuais (2015), encontra-se abaixo da média do subcontinente e de países como o Brasil (US\$ 11.700,00) e Chile (US\$ 14.400,00)<sup>2</sup>. Vale destacar que entre 2011 e 2015, as exportações venezuelanas decresceram cerca de 33,0%, destacando-se que o petróleo responde ainda por 85% do montante exportado pelo país. A participação das rendas do petróleo no PIB do país caiu da casa dos 33% para 26%, ao passo que o produto interno bruto encolheu 32,6%.

É preciso ter em mente que após idas e vindas em sua história política, o país se encontra desde 1999 sob a liderança do “Projeto Bolivariano”, iniciado por Hugo Chávez e que atualmente vem sendo conduzido por Nicolas Maduro<sup>3</sup>. Ainda que não se queira entrar no debate sobre os méritos ou desacertos de tal projeto, é inegável que nas suas quase duas décadas o país sofreu transformações de vulto em sua estrutura política, com claros rebatimentos sobre o cotidiano social e a forma de organização da produção.

Entre as diversas frentes e ações que compunham o proclamado “projeto socialista do século XXI”, um dos mais ambiciosos do ponto de vista do desenvolvimento regional é, sem dúvidas, o Projeto Socialista Orinoco (PSO). Esse projeto buscava não somente o aumento da produção petrolífera do país, mas que fosse realizado em uma base social e territorialmente diferenciada, guiada pelos objetivos do desenvolvimento “socialista” nacional. Há de se chamar atenção também que o PSO buscava internalizar territorialmente a produção nacional, considerando que o núcleo duro da mesma se encontra na região de Maracaibo. Ademais, teria o caráter estratégico de adensar a ocupação na região amazônica, tanto econômica, quanto populacional.

Para além dos limites e desafios impostos pela grandiosidade de seus objetivos, o projeto sofre os efeitos do atual cenário econômico pelo qual o país vem passando nos anos mais recentes, resultante das fragilidades estruturais do modelo econômico adotado e do fim do *boom* das *commodities*, lembrando que vários entre os objetivos e ações expressos no projeto foram esboçadas e decididas sob

---

<sup>2</sup> Fonte: sítio CEPALSTAT ([www.eclac.org](http://www.eclac.org))

<sup>3</sup> Para uma análise mais profunda ver Baruco (2011) e Palma (2011).

uma conjuntura internacional favorabilíssima às nações produtoras de recursos naturais não-renováveis.

### **3. A China nos Países em Análise: o “Loan for Oil”**

A forte presença financeira da China nos países da América Latina e a estratégia do país em diversificar seus ativos energéticos ao longo do globo para garantir suprimentos, pode ser notada nos acordos bilaterais de “loan-for-oil”. Os empréstimos disponibilizados pela China são significantes para que projetos de E&P petrolíferos demandantes de vultuosos recursos financeiros, possam ser executados e cumpridores de seu plano exploratório. Gallagher e Myers (2016) observam que entre 2005 e 2016, a estimativa do volume de empréstimos chineses para a América Latina foi de US\$ 141,4 bilhões, sendo a Venezuela (44% do total) e o Brasil (26% do total) os dois principais destinos, respectivamente.

Os empréstimos aos países latino-americanos foram destinados principalmente a projetos de energia (70,8% do total), de infraestrutura e de mineração, mas também foram direcionados em alguns casos para compra de títulos da dívida do governo e financiamento comercial. Esses dados corroboram a parceria estratégica que a China se propõe com os principais destinos dos empréstimos: acordos para garantir suprimentos energéticos e principalmente petróleo. Venezuela e Brasil são os principais detentores de reservas petrolíferas da América Latina, que apresentaram destaque desde a década de 2000 com a certificação de poços e descoberta de campos gigantes, sendo peças importantes na geopolítica do petróleo.

É importante destacar ainda que os países latino-americanos enfrentam diversas adversidades para obter financiamento com os principais organismos internacionais financeiros, com imposição de políticas internas e diretrizes ambientais severas. Estas imposições aliadas as menores taxas de juros relativas oferecidas pelos bancos chineses (CDB e Banco Ex-Im China) deixa mais atrativo os seus empréstimos. Mesmo ainda sendo cobradas altas taxas de juros, o prêmio de risco das grandes instituições financeiras internacionais é maior, ou seja, os bancos chineses se sujeitam a emprestar grandes quantidades a países considerados de alto risco.

O Brasil tem se utilizado da estratégia de obter financiamento chinês com melhores condições de mercado, em troca, normalmente, de disponibilização de produtos, de exclusividade de compra de bens chineses e de participação de empresas chinesas nos projetos desenvolvidos. Desde 2007, os

empréstimos foram direcionados a construção de gasodutos, planta de carvão, desenvolvimento de campos no pré-sal, linha de processamento industrial da soja, acordo de vendas com a Embraer e financiamento à Petrobras. O foco nesta seção recai sobre os empréstimos relacionados à indústria petrolífera brasileira, que teve como beneficiária destes acordos a Petrobras.

O primeiro acordo selado foi para a construção do terceiro trecho do gasoduto GASENE em 2007. O China Development Bank (CDB) disponibilizou US\$ 750 milhões por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Petrobras contratou a estatal chinesa Sinopec Group para a execução da obra. Esse projeto era considerado de grande importância para a integração energética brasileira flexibilizando o atendimento do mercado doméstico e permitindo o envio de gás natural das bacias do Sudeste para os estados do Nordeste.

O maior financiamento acordado foi para o desenvolvimento de campos no pré-sal em 2009. A Petrobras acertou um empréstimo de US\$ 10 bilhões com o CDB e prazo de dez anos. A petrolífera brasileira buscava recursos para colocar em execução o seu ambicioso Plano de Negócios 2009-2013, com empréstimos que ingressaram ao caixa da empresa em várias etapas. Este empréstimo se tornou simbólico tanto pelo valor financeiro envolvido e por demarcar uma nova fase das relações financeiras e comerciais entre os países em desenvolvimento.

Nos moldes deste acordo, segundo Meidan (2016), Sinopec e Petrobras aprofundam a cooperação e colocaram em vigor o acordo de longo prazo para exportação de petróleo entre Petrobras e Sinopec, com volume próximo de 150.000 barris por dia no primeiro ano e 200.000 barris por dia nos nove anos seguintes. Apesar dos contratos serem independentes (financiamento e exportação) e não se constituir uma operação de securitização, estes foram negociados em conjunto. A PetroChina deposita 79% das receitas do petróleo produzido na conta do CDB relativa à Petrobras e os 21% restantes para o pagamento do empréstimo. Por outro lado, no Brasil, a Sinopec compra o óleo a preços de mercado da Petrobras e deposita seu pagamento na conta do CDB da Petrobras. O país precisa manter um saldo mínimo nesta conta do equivalente a seis meses de juros sobre o empréstimo.

Após este financiamento de 2009, o Brasil firmou novo acordo com a China somente em 2015. Um grande acordo financeiro e comercial nas áreas de infraestrutura, energia, indústria e mineração firmado pela então presidenta Dilma em 2015, visava aumentar os investimentos e a capacidade produtiva do país. Neste contexto, o CDB e a Petrobras entraram em acordo de cooperação para financiamentos em 2015 e 2016. No primeiro ano, foram firmados dois empréstimos para a Petrobras Global Trading BV-PGT (subsidiária da Petrobras) no total de US\$ 5 bilhões e previam a comprovação de compras de equipamentos e serviços de empresas chinesas em um volume de 60% do

total financiado. Ainda em 2015, vale destacar a negociação de *leasing* financeiro com uma das maiores instituições financeiras privada do mundo, Industrial and Commercial Bank of China Leasing (ICBC Leasing), para um financiamento de US\$ 2 bilhões em dez anos direcionados para duas plataformas já existentes (P-52 e P-57).

Em 2016, a Petrobras assina um Termo de Compromisso com o CDB para um financiamento de US\$ 10 bilhões que gera um acordo comercial de fornecimento de petróleo para empresas chinesas, assim como em 2009, porém sem a obrigação de aquisição de produtos e serviços da China. O primeiro contrato de financiamento derivado deste termo foi em dezembro de 2016 no valor de US\$ 5 bilhões pelo prazo de dez anos. A Petrobras ainda assinou um contrato comercial com três empresas chinesas estabelecendo o fornecimento preferencial a estas empresas de um volume de 100 mil barris por dia pelo prazo de 10 anos sendo atendidas as condições de mercado.

Após estes acordos a petrolífera sinalizou que não necessita de novas captações líquidas para o cumprir o Plano de Negócios e Gestão 2017-2021. Com a dificuldade financeira e institucional que a empresa enfrenta e os consequentes fortes desinvestimentos e venda de ativos, os financiamentos chineses não se fazem emergentes. Entretanto, a Petrobras (2017) pretende manter as avaliações de oportunidade de empréstimos em consonância com a estratégia de gerenciamento de passivos, que procura a melhoria do perfil de amortização e redução do custo da dívida.

Estes acordos deram continuidade a parceria considerada estratégica para ambas as partes. Pelo lado chinês, a internacionalização de suas instituições e a atuação nas atividades financeiras e econômicas é importante, se constituindo como uma importante alternativa de negócios com os países em desenvolvimento. Isso demonstra o poderio comercial e financeiro que o país vem ganhando a partir dos anos 2000, que possibilita por meio de acordos com diversos países do globo, a garantia de recursos e suprimentos, ganho de aprendizagem no processo de inovação e participação em diversos projetos nas variadas atividades econômicas. Sem dúvida, essa política se apresenta como uma ferramenta importante para manutenção de altas taxas de crescimento econômico.

No caso brasileiro, grandes empresas fornecedoras de *commodities* à China, em especial a Petrobras, se beneficiam das condições privilegiadas de empréstimos chineses alavancando novos investimentos ou auxiliando em sua manutenção em momentos de crise. Foram angariados mais de US\$ 27 bilhões nos projetos relacionados às atividades da Petrobras desde 2007. Em 2015 e 2016 esses recursos cumpriram um papel de manutenção de investimentos considerados altamente estratégicos (principalmente Pré-sal) e de alavancagem de parte da dívida da Petrobras. Além disso, estes acordos garantem a demanda do óleo para um importante parceiro comercial, com perspectivas de aumento do



consumo do recurso, em um mercado que tem como uma de suas principais características a volatilidade. É importante notar que os custos de exploração e produção no Pré-sal, apesar de já ter obtido importantes reduções, ainda é considerado alto em relação às demais regiões produtoras.

O Brasil é um caso diferenciado na análise do impacto e implicações dos empréstimos chineses. Apesar das dificuldades econômicas dos últimos anos, o Brasil apresenta uma economia de grande magnitude, com um parque industrial de grande importância na América Latina, um mercado consumidor de grande porte e detentor de muita mão de obra. Inclusive o papel do Brasil em termos da concessão de crédito na América Latina pode ser comparado com o papel da China, porém em quantias menores.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) atua na região com empréstimos relacionados à participação de firmas brasileiras nos projetos financiados, o que para Gallagher, Irwin e Koleski (2013) implica em uma dinâmica política significativamente diferente. O BNDES, neste sentido, também havia se constituído como importante fonte de financiamento na região na década de 2000 para projetos de infraestrutura, porém, já em 2012 os montantes caem bastante. O banco é importante na concessão de crédito às firmas brasileiras nas variadas atividades econômicas, atuando em setores como: energia, infraestrutura, transporte, mineração, produção agrícola e etc. Além disso, o Brasil consegue obter quantias consideráveis com os organismos financeiros internacionais por ter menor prêmio de risco.

Vale destacar, que as exigências chinesas de conteúdo local inibiram alguns investimentos no Brasil no início das operações em 2009 que já visavam o ganho de tecnologia da exploração e produção em águas ultraprofundas, notadamente no pré-sal. Porém, a estratégia das Companhias de Petróleo da China (NOCs) foi adquirir participações de outras petrolíferas em blocos em operação no país. Segundo Maiden (2016), a Sinopec adquiriu participação de 30% da Galp Brasil e de 40% da representante brasileira da Repsol. A Sinochem obteve 10% de participação em blocos petrolíferos da Bacia do Espírito Santo e 40% do campo de Peregrino da Statoil. A principal conquista das NOCs no Brasil foi a entrada da CNPC e da CNOOC no consórcio que está desenvolvendo o campo de Libra, uma das principais descobertas do pré-sal.

O primeiro grande empréstimo de 2009, tinha como intuito o auxílio financeiro para os projetos de alto custo de exploração e produção em águas ultraprofundas no pré-sal. A crise financeira internacional poderia dificultar os planos da Petrobras, com a redução da oferta de crédito no mundo e a queda do preço do petróleo naquele momento. Nos anos de 2015 e 2016, o contexto do acordo é parecido com queda do preço do produto e grave crise política, econômica e institucional no país, além da crise

financeira e dos escândalos de corrupção da petrolífera. Essa incerteza dificultou o acesso de crédito nos organismos internacionais e a China foi uma saída mais uma vez. Deste modo, os investimentos das NOCs que vem se maturando ao longo dos anos tem demonstrado resultados mais proeminentes, inclusive com aumento expressivo da produção petrolífera chinesa no Brasil e com aumento das exportações para China.

Para além das participações nas operações e projetos de exploração e produção e dos reembolsos de empréstimos, as exportações de petróleo bruto do Brasil para China aumentaram com saltos de níveis de volume nos períodos relativos aos principais acordos de “loan-for-oil” celebrados. A partir de dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), no primeiro grande acordo, observou-se que entre 2009 e 2010 houve um incremento de 112,2% do volume exportado. Com o acordo firmado no início de 2015, o incremento em relação a 2014 foi de 140,9%. Já o incremento de 2016 relativo a 2015 foi de 19,2%, neste ano ficou acertado novo empréstimo com a assinatura de um Termo de Compromisso. Nesses últimos anos, deve-se notar que houve o aumento das entregas à China de modo a compensar a queda dos preços do petróleo e manter os pagamentos dos empréstimos.

*Tabela 1: Exportações brasileiras de petróleo bruto (m<sup>3</sup>)*

	Total	Para China	%China no total
2009	30 503 055	4 635 002	15,2
2010	36 645 240	9 835 634	26,8
2011	35 080 281	7 804 447	22,2
2012	31 881 351	7 031 742	22,1
2013	22 095 645	6 418 394	29,0
2014	30 112 417	6 083 987	20,2
2015	42 753 341	14 656 953	34,3
2016	46 322 086	17 464 108	37,7

Fonte: ANP e Secex (AliceWeb)

As exportações totais de petróleo bruto em volume, apresentou volatilidade entre os anos 2009 e 2016. Porém, o incremento da importação chinesa, como verificado na tabela acima, representou quase a

totalidade do incremento das exportações brasileiras nos períodos relacionados aos acordos entre os países (2010, 2015 e 2016). As exportações brasileiras para China de petróleo bruto cresceram nos anos citados, mas se mantiveram estáveis nos demais anos. Em 2010, a participação da China no total exportado brasileiro alcançou a faixa dos 20% e se manteve até 2014, quando passou a mais de 34% em 2015 e mais de 37% em 2016.

As receitas das exportações brasileiras de petróleo bruto são bastantes voláteis no período de 2009 e 2016 devido as variações ocorridas com o preço do petróleo no mercado internacional. Mas é interessante notar sobre as receitas advindas das exportações brasileiras para China. Mesmo com a receita total variando bastante o comportamento da receita chinesa é relativamente estável na faixa dos US\$ 4 bilhões. Isso representou um ganho de importância da receita chinesa, em um período de queda dos preços internacionais do petróleo. Em 2013, 2015 e 2016, as receitas chinesas com a exportação de petróleo bruto ultrapassaram os 31% de participação no total das receitas adquiridas pelo Brasil de petróleo bruto.

*Tabela 2: Receitas das exportações brasileiras de petróleo bruto (Bilhões US\$ FOB)*

	Total	da China	% China no total
2009	9,4	1,3	14,3
2010	16,3	4,1	24,9
2011	21,8	4,9	22,4
2012	20,3	4,8	23,8
2013	13,0	4,0	31,1
2014	16,4	3,5	21,2
2015	11,8	4,1	35,1
2016	10,1	3,9	38,8

Fonte: ANP e Secex (AliceWeb)

Deve-se notar que grande parte dos empréstimos em que o Brasil firmou com a China foram atrelados a projetos de energia e infraestrutura nos quais o BNDES poderia atuar, mas que se optou por recorrer aos bancos chineses. Ou seja, isso denota a existência de alguns interesses da Petrobras e do governo

por trás destes acordos que marcam uma importância estratégica de mercado e de geopolítica. Dentre eles:

- (1) Apoio para financiamento de projetos que demandam um alto custo de exploração e produção (alto *break even*).
- (2) Condições de financiamento diferenciadas, com menores restrições e possibilidade de acordos comerciais atrelados.
- (3) Possibilidade de garantia de parte da demanda em momentos de crises internacionais e dificuldades financeiras.
- (4) Questões geopolíticas e de relações comerciais, de modo a valorizar um parceiro comercial que mantém boas relações e que é um dos principais demandantes de *commodities* do mundo.

Essas questões estratégicas são comuns nos dois períodos de enfrentamento da crise econômica vivida no Brasil (2009-relacionada a crise financeira internacional e 2015-relacionada a crise institucional e interna).

Pode-se auferir alguns efeitos positivos dos acordos firmados desde 2009, que em grande parte está relacionado ao apoio chinês no pré-sal. O auxílio em períodos de dificuldade financeira e econômica do país e da Petrobras possibilitou levar em frente algumas ações que visavam a redução do custo, aumento da tecnologia e inovação empregada e conseqüentemente, o aumento da produtividade no pré-sal. O sucessivo aumento da produção no pré-sal tem relação com o consórcio de Libra que tem participação chinesa. Mais além dos efeitos de arrasto e propulsão dos investimentos chineses, se observa que a China tem sido um importante importador do petróleo bruto brasileiro com aumento na participação total do volume exportado. Isso tem angariado receitas de exportações e contribui para a melhoria da balança comercial no último ano.

Assim sendo, é compreensível que os acordos entre China e Brasil sejam vultuosos mesmo com a presença do BNDES. Os benefícios comerciais e as condições financeiras excepcionais são estratégicos para a Petrobras manter seus investimentos nos principais ativos, para sanear parte da dívida da petrolífera e para garantir parte da demanda do óleo. Por outro lado, a China estrategicamente atua no sentido de reunir aprendizagem na exploração e produção e de garantir o suprimento a curto e médio prazo. Para ambos os lados, é importante celebrar acordos comerciais pela pujança de ambas economias, pelo grande mercado interno e pelas boas relações no comércio de *commodities*.

No caso Venezuelano, por sua vez, a presença chinesa se fez de maneira mais ativa e intensa que no território brasileiro, até por conta de maior alinhamento ideológico observado entre as nações. Barros e Pinto (2012) afirmam que a “presença recente da China na Venezuela pode ser dividida em três fases: a de gestação, que ganha corpo em 1997 e é reestruturada entre 1999 e 2001; a de incremento na incerteza, entre 2002 e 2006; e a de prioridade estratégica setorial, que dura até hoje.” Os autores ainda destacam que: “Concebida inicialmente nos marcos da Apertura Petrolera, a presença mais sistemática da China na Venezuela começou em 1997, durante a segunda rodada de negociações dos Convênios Operativos entre a PDVSA e outras empresas para a produção em campos de petróleo inativos ou abandonados. Coube à China National Petroleum Corporation (CNPC) as áreas 1 e 15 da rodada, respectivamente Caracoles e Intercampo Norte.

No entanto, o grande salto nessa relação se deu em 2010 quando o então presidente Hugo Chaves assina o “Acordo sobre Cooperação para Financiamento em Longo Prazo” entre China e Venezuela que estabelecia o Banco de Desenvolvimento Chinês garantisse ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social da Venezuela linha de crédito de US\$ 10 bilhões. Desde então, as principais empresas chinesas também se estabeleceram em território chinês dentro do grande circuito da produção de petróleo, algumas delas em joint-ventures com a PDVSA, notadamente no Projeto Socialista do Orinoco. Estima-se que a Venezuela tenha recebido mais de 70 bilhões de investimento por parte da China, quase todo esse valor pago ou garantido via fornecimento de petróleo para o país asiático que, dessa forma, garante certa estabilidade em sua oferta futuro e reduz sua insegurança energética.

#### **4. Considerações Finais**

Os empréstimos chineses abriram uma nova perspectiva na América Latina, já que possibilitam a obtenção de recursos financeiros que viabilizam projetos que buscam ampliar o desenvolvimento a longo prazo, para além dos principais organismos financeiros internacionais. Nos exemplos estudados neste trabalho, o foco recai sobre o setor petróleo e os interesses intrínsecos de Brasil, Venezuela e China em parcerias para investimentos e comércio, e em acordos financeiros. Tanto Brasil como Venezuela foram os principais beneficiados com os acordos com a China por meio do “loan for oil” na América Latina, o que deflagra também a importância da garantia do petróleo para os chineses.

## Referências

- BARROS, P.S; PINTO, L.F.S. (2012) A presença dos países do BRICS na Venezuela. IPEA: *Boletim de Economia e Política Internacional*, Nº 9, Jan-Mar.
- BARUCO, G. (2011) A Venezuela contemporânea: do antineoliberalismo ao anticapitalismo? Uma formação social em disputa hegemônica. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em economia). UERJ.
- DONGHUAN, J.; MOUYUAN, W; YUN, J. (2016) Progress in Foreign Cooperation of China's Oil Industry. *China Oil&Gas*, Nº 1.
- GALLAGHER, K. P; IRWIN, A; KOLESKI, K. (2013) Os novos bancos em cena: financiamentos chineses na América Latina. Washington: *Inter-American Dialogue*, maio.
- GALLAGHER, K. P; MYERS, M. (2016) China-Latin America Finance Database. Washington: *Inter-American Dialogue*.
- JIANG, J e SINTON, J. (2011) Overseas investments by chinese national oil companies. *IEA Information Paper*. Disponível em: [https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/overseas\\_china.pdf](https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/overseas_china.pdf)
- MATOS, M.V.M. (2015) Petróleo, heterogeneidade estrutural e desenvolvimento regional: os casos brasileiros e venezuelano. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas. PPGDT/UFRRJ.
- MEIDAN, M. (2016) China's loans for oil: asset or liability? *OIES Paper*. Oxford: December.
- PIQUET, R. (2012) Petróleo e desenvolvimento regional no Brasil. In: MONIÉ, F; BINSZTOK, J. (Org.) *Geografia e Geopolítica do Petróleo*. Rio de Janeiro: Mauad X, p.147-169.
- SILVA, R. D. (2013) Recursos naturais não renováveis e desenvolvimento regional: apontamentos para o caso brasileiro. In: BRANDÃO, A. C.; SIQUEIRA, H. *Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional*. São Paulo: Editora da fundação Perseu Abramo.
- Outros:
- Agência Nacional do Petróleo (2017): [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br)
- BP Statistical Review (2016): <https://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/energy-economics/statistical-review-2016/bp-statistical-review-of-world-energy-2016-full-report.pdf>
- Cepalstat (2017): [www.eclac.org](http://www.eclac.org)
- Petrobras (2017): <http://www.investidorpetrobras.com.br/>
- Secretaria de Comércio Exterior (2017): <http://aliceweb.mdic.gov.br//consulta-ncm/consultar>